

FACULDADE CALAFIORI  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

FAMÍLIA E EDUCAÇÃO, UMA ATUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A RESPONSABILIDADE  
DE ENSINAR A VIVER EM COMUNIDADE

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG

2017

FACULDADE CALAFIORI  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

FAMÍLIA E EDUCAÇÃO, UMA ATUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A RESPONSABILIDADE  
DE ENSINAR A VIVER EM COMUNIDADE

Trabalho apresentado a Faculdade Calafiori de São Sebastião do Paraíso - MG, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Área de concentração: Educação Escolar

Orientador: Prof. Me. Claudio Manoel Person

Linha de Pesquisa: Bibliográfica

Alunas: Luciana Aparecida da Costa Izidoro e  
Nayara Giuliane de Castro Pereira

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG

2017

LUCIANA APARECIDA DA COSTA IZIDORO

NAYARA GIULIANE DE CASTRO PEREIRA

FAMÍLIA E EDUCAÇÃO, UMA ATUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A RESPONSABILIDADE  
DE ENSINAR A VIVER EM COMUNIDADE

Trabalho apresentado como requisito  
parcial para a Conclusão do Curso de  
Licenciatura em Pedagogia do Curso de  
Pedagogia da Faculdade Calafiori de São  
Sebastião do Paraíso-MG.

Comissão Julgadora:

Orientador – Prof. Me. Cláudio Manoel Person

---

2º Examinador – Prof. Me. César Clemente

---

3ª Examinadora – Profa. Ma. Marília de Souza Neves

---

Avaliação: (    ) \_\_\_\_\_

São Sebastião do Paraíso, 19 de dezembro de 2017.

## **DEDICATÓRIA**

Dedicamos este trabalho primeiramente a Deus, que nos deu oportunidade de chegarmos a essa importante etapa e concluí-la, à nossa família e amigos pelo apoio e compreensão durante esses quatro anos da nossa formação.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos a todos os professores do curso de Pedagogia da Faculdade Calafiori a dedicação e transmissão de tanto conhecimento durante nossa jornada acadêmica.

Ao nosso professor orientador Me. Claudio Manoel Person a paciência e por nos apresentar soluções rápidas e cabíveis ao desenvolvimento e finalização deste trabalho.

A todos envolvidos direta e indiretamente nesse ciclo de estudos que iremos apresentar aqui.

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.”

(CORA CORALINA, 1983, p. 136).

IZIDORO, Luciana Aparecida da Costa. PEREIRA, Nayara Giuliane de Castro. **FAMÍLIA E EDUCAÇÃO, UMA ATUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A RESPONSABILIDADE DE ENSINAR A VIVER EM COMUNIDADE.** Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Licenciatura em Pedagogia. Faculdade Calafiori. São Sebastião do Paraíso, 2017.

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como tema a família e a sua relação com a educação escolar dos filhos, a partir de uma atualização histórica e com vistas à capacitação para a vida comunitária. Tem como objetivo principal analisar o valor dessa relação no desenvolvimento da criança. A pesquisa apoia-se em autores que estudam essa temática, como Galvão (2004), Carvalho (2000), Ferreira (2002), Kramer (2000), Freire (1999), Dal'igna (2011), Libâneo (2002), entre outros elencados nas referências no final deste trabalho. Busca ampliar o conhecimento relacionado ao assunto e verificar em que medida a parceria entre a família e a escola auxilia o crescimento educacional do aluno. Observa que a escola está se preocupando mais com a prática pedagógica, no cumprimento de suas atribuições. O trabalho aborda o papel do professor, que é mais do que propagar informações, considerando que, numa gestão democrática, ele deve colaborar na elaboração da proposta pedagógica da organização de ensino, como também determinar os objetivos, as metas que almeja atingir no tocante à formação do educando, uma vez que ele tem maior proximidade com o aluno e é de sua responsabilidade a estruturação da educação cidadã. Pode-se verificar que a parceria entre escola e família é benéfica, por isso há necessidade de se promover a aproximação das duas instâncias educacionais, buscando uma relação favorável à aprendizagem das crianças em ambos os ambientes socioeducacionais.

**Palavras-chave:** Escola. Ensino-Aprendizagem. Família.

IZIDORO, Luciana Aparecida da Costa; PEREIRA, Nayara Giuliane de Castro. FAMILY AND EDUCATION, A HISTORICAL UPDATE: THE RESPONSIBILITY TO TEACH TO LIVE IN COMMUNITY. Completion of course work. Degree in Pedagogy. Calafiori College. São Sebastião do Paraíso, 2017.

## **ABSTRACT**

The present work has as its theme the family and its relation with the school education of the children, starting from a historical update and with a view to qualification for community life. Its main objective is to analyze the value of this relation in the development of the child. The research is based on authors who study this subject, such as Galvão (2004), Carvalho (2000), Ferreira (2002), Kramer (2000), Freire (1999), Dal'igna (2011), Libâneo (2002), among others listed in the references at the end of this work. It seeks to broaden the knowledge related to the subject and to verify to what extent the partnership between the family and the school assists the educational growth of the student. He observes that the school is more concerned with pedagogical practice, in the fulfillment of its attributions. The paper addresses the role of the teacher, who is more than propagating information, considering that, in a democratic management, he should collaborate in the elaboration of the pedagogical proposal of the teaching organization, as well as to determine the objectives, the goals that it aims to achieve in relation to the training of the student, since he has greater proximity to the student and is responsible for structuring the citizen education. It can be verified that the partnership between school and family is beneficial, so it is necessary to promote the approximation of the two educational instances, seeking a favorable relation to the learning of children in both socio-educational environments.

**Keywords:** School. Teaching-Learning. Family.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I - ENTENDENDO OS CONCEITOS SOBRE FAMÍLIA, ESCOLA, SOCIEDADE .....</b>	<b>14</b>
1.1 A FAMÍLIA .....	14
1.2 O PAPEL ESCOLAR .....	17
1.3 A INFLUÊNCIA DA SOCIEDADE NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇA .....	20
<b>CAPÍTULO II - FUNÇÕES DA FAMÍLIA E DO PROFESSOR .....</b>	<b>23</b>
2.1 A FAMÍLIA: OBJETO DE ESTUDO EM ARTIGOS E TESES.....	23
2.2 AS FUNÇÕES DA ESCOLA .....	25
2.3 O PAPEL DO PROFESSOR NO TRABALHO EDUCATIVO .....	29
<b>CAPÍTULO III - A PARCERIA DA ESCOLA E DA FAMÍLIA .....</b>	<b>32</b>
3.1 A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR .....	32
3.2 DIREITOS E DEVERES DA FAMÍLIA .....	35
3.3 AMBIENTE ESCOLAR E FAMÍLIA – PARCERIA NECESSÁRIA PARA A TRANSFORMAÇÃO .....	40
<b>CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>45</b>



## INTRODUÇÃO

Sou Luciana Aparecida da Costa Izidoro e tenho 37 anos. No ano de 1998 terminei o ensino médio e, dada a dificuldade financeira, não pude cursar o ensino superior.

No ano 2000 me casei e no ano seguinte tivemos nossa primeira filha, Maria Eduarda, e o sonho de fazer um curso superior ficou um pouco mais distante, pois deixei para quando minha filha crescesse um pouco e, no ano de 2007, tivemos o segundo filho, Pedro Henrique. A Duda já estava na educação infantil e, como eu adorava auxiliá-la nas tarefas escolares, minha vizinha Antônia Regina (professora aposentada) observava minha dedicação e me incentivou a cursar a faculdade de pedagogia, enquanto eu mantinha a intenção de esperar meus filhos crescerem, porém, no final do ano de 2011, tivemos nossa terceira filha, Ana Rita. Então vi meu sonho de cursar a faculdade mais longe ainda.

Mas foi quando trabalhei no Conselho Tutelar da cidade de Jacuí que tudo começou a mudar, pois Selma, minha colega de serviço, estava iniciando o seu terceiro ano da Faculdade de Pedagogia e me questionou sobre a vontade de voltar a estudar e a faculdade a cursar, ao que respondi que meu sonho era ser pedagoga. E ela questionou-me acerca do motivo de não ir em busca do meu objetivo e expliquei que minha terceira filha era muito nova (2 anos) e que esperaria que ela estivesse um pouco mais independente. Selma disse que conversaria com a proprietária da Faculdade Calafiori para eu ir realizar o vestibular, pois já estava tendo a primeira semana de aula. Prestei o vestibular em 2014 e fui aprovada, entretanto, pensei em não prosseguir por questões financeiras, mas negociamos com o corpo financeiro da instituição e aqui estou, prestes a realizar meu grande sonho.

Como fui conselheira tutelar por 8 anos e presenciei a falta de compromisso dos pais com a educação dos filhos, nossa opção foi fazer o trabalho de conclusão de curso abordando o tema da importância da família no processo de ensino-aprendizagem da criança.

Sou Nayara Giuliane de Castro Pereira e tenho 23 anos. Finalizei o ensino médio no ano de 2011 e fiquei dois anos longe dos estudos “procurando” qual curso fazer, já que era muito nova (tinha 17 anos) e talvez ainda não tivesse maturidade para encarar tamanha responsabilidade. Meus primeiros planos eram de seguir a área de comunicação, cursar publicidade e propaganda, rádio e tv ou jornalismo, porém, depois de muito pesquisar, não me vi com o perfil adequado e verifiquei dificuldades na região para emprego nessa área. Enquanto o sonho do meu pai de me ver cursando Direito ficava um pouco mais longe, a minha

curiosidade pelo curso de Pedagogia estava aumentando. Pesquisei e me interessei muito pela grade curricular e a escolha não foi fácil, porém, foi rápida.

Fui passar alguns dias na casa da minha madrinha Lucélia, na cidade de Jacuí, e ela estava finalizando sua faculdade a distância em Pedagogia e me contou sua experiência, falou das provas e trabalhos, materiais e grade curricular e foi aí que eu me peguei apaixonada pelo curso e procurei a faculdade Calafiori para prestar o vestibular e investir nessa empreitada.

No fim de fevereiro de 2014 consegui um estágio na área e trabalhei na Escola Municipal Padre Paulo Expedito de Souza durante um ano, auxiliando as crianças com necessidades especiais e pude verificar a importância da família no processo ensino-aprendizagem dos alunos. Com a mesma preocupação, Luciana e eu discutimos, chegando à conclusão de que pesquisáramos esse tema, que tem grande relevância no ambiente escolar.

### **Contextualizando o trabalho**

A educação escolar não envolve apenas sala de aula, onde acontece a interação entre professor e aluno, mas também todo o contexto social e familiar nos quais a criança esteja inserida.

A participação da família na escola é primordial para o desenvolvimento da criança, o que deve levar a instituição a usar estratégias que aproximem a família, favorecendo a sua participação e ressaltando suas obrigações na vida escolar de seus filhos.

Ambos os grupos sociais passam por constantes mudanças, pois são influenciados por tendências políticas e culturais que determinam os rumos educacionais e a mudança de costumes da sociedade, assim, não cumprem os seus objetivos e, em alguns casos, o fato incide reflexos negativos na vida da criança. Dessa forma, cada uma desempenhando seu papel contribui para o desenvolvimento e formação pessoal e social das crianças. Devem manter uma relação estreita e saudável, para que juntas garantam os direitos das crianças, contribuindo para a formação de cidadãos pensantes na sociedade.

Em meio às mudanças econômicas e sociais registradas historicamente, as responsabilidades de cada instituição foram ficando distorcidas. As famílias estão sempre ocupadas em seu cotidiano, com um cronograma fechado com muitas atribuições, diminuindo o tempo para se dedicarem aos filhos. Nessas circunstâncias, permitem que a criança tenha contato maior com a escola, pois muitas nela ficam em tempo integral e, assim, a família acaba atribuindo sua responsabilidade para a escola.

Esta pesquisa averigua a presença da família na vida escolar e sua influência no desempenho de seus filhos. O trabalho tem por finalidade analisar as contribuições da relação entre família e escola no desenvolvimento da criança e no alcance dos objetivos da educação, ou seja, uma educação de qualidade.

O trabalho é produto de uma revisão bibliográfica, utilizando livros e teses para sua fundamentação teórica.

Para Severino (2007 *apud* Sousa, 2012), pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos e teses.

Buscando compreender as contribuições da relação entre família e escola no desenvolvimento da criança, utiliza-se a abordagem metodológica da pesquisa qualitativa, compreendida como uma investigação que visa perceber o que os sujeitos experimentam, como interpretam suas experiências e como estruturam sua vida social.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos (Minayo, 1993, p.21).

Segundo Triviños (1987, p.116), a pesquisa focada na forma qualitativa vem da necessidade de sugerir “alternativas metodológicas para a pesquisa em educação”.

A pesquisa qualitativa tem suas raízes nas práticas desenvolvidas pelos antropólogos, primeiro e, em seguida, pelos sociólogos em seus estudos sobre a vida em comunidades. Só posteriormente irrompeu na investigação educacional (Triviños, 1987, p.120).

Para concretização deste trabalho de conclusão de curso, são consultados importantes autores e documentos oficiais que oferecem segurança na matéria e riqueza de dados, como Castro (2010); Regattieri (2010), Nogueira; Romanelli; Zago (2000), Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (1998), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Galvão (2004), entre outros autores citados nas referências.

O texto é estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta conceitos sobre a família, escola e sociedade e um relato de como a sociedade tem influência sobre a educação.

O segundo capítulo aborda a família e as funções da escola enquanto colaboradora na formação de cidadãos críticos, capazes de enfrentar as diversas situações que ocorrem na

sociedade e o papel do professor no processo educativo, parte indispensável para o desenvolvimento cognitivo e social da criança.

O terceiro capítulo ressalta a importância da família na educação escolar, especificando seus direitos e deveres, considerando a família e a escola como uma equipe de parceria intrínseca em favor do desenvolvimento harmonioso do educando e de mudanças necessárias.

Finalmente, são apresentadas as considerações acerca da pesquisa realizada.

# 1 ENTENDENDO CONCEITOS SOBRE FAMÍLIA, ESCOLA E SOCIEDADE

A família e a escola podem ser parceiras essenciais no desenvolvimento de ações que oportunizem o sucesso social e acadêmico das crianças. Dessa forma, é crucial que ambas caminhem juntas. Mesmo que elas não tenham os mesmos critérios e princípios educacionais, precisam buscar o mesmo objetivo e traçar metas em relação ao desenvolvimento do educando, agindo em conformidade e numa mesma direção, de acordo com o objetivo que almejam atingir.

## 1.1 Família

A família é o instituto e a congregação humana mais antiga e o seu papel no crescimento de cada indivíduo é imprescindível, pois é no meio familiar que são cedidos os valores morais e sociais que servirão de base para o processo de sociabilização da criança, bem como as práticas e os costumes perpetuados através de gerações.

Osório (1996) conceitua família:

A família é uma instituição cujas origens remontam aos ancestrais da espécie humana e confundem-se com a própria trajetória da evolução. A organização familiar não é exclusiva do homem, vamos encontrá-las em outras espécies animais quer entre os vertebrados, como também, entre os invertebrados. (OSÓRIO, 1996, p.24)

A compreensão do que vem a ser família, suas particularidades e seu desenvolvimento tem conceito extremamente volátil e mutável no tempo, carregando sempre o progresso dos ideais sociais, dos descobrimentos científicos e dos costumes sociais, sendo impossível formar uma ideia sólida e fixa do que vem a ser família e quais suas características.

A ideia que se tem de família atualmente não é a mesma de antigamente. Devido ao momento social e jurídico, a convicção do que vem a ser família está sendo desenvolvida. Vê-se na atualidade que não existe mais um modelo de família tradicional, mas existe uma estruturação familiar que inclui pais que trabalham por necessidade de sustentar a família e muitos que deixaram de estudar mesmo antes de alfabetizados, por isso têm uma difícil participação na vida escolar e desenvolvimento dos filhos (OSÓRIO, 1996).

No século XIX, o modelo familiar preponderante era o patriarcal, patrimonial e matrimonial. Em tal modelo existia a figura do “chefe de família”, o líder, o centro do grupo

familiar e encarregado pela tomada das decisões. Era tido como o fornecedor, o provedor da família e suas deliberações deviam ser respeitadas por todos. Rigonatti (2003, p. 42) explica que:

O século XX foi cenário de grandes transformações na estrutura da família. Ainda hoje, porém, observamos algumas marcas deixadas pelas suas origens. Da família romana, por exemplo, temos a autoridade do chefe da família, em que a submissão da esposa e dos filhos ao pai confere ao homem o papel de chefe. Da família medieval perpetua-se o caráter sacramental do casamento originado no século XVI. Da cultura portuguesa, temos a solidariedade, o sentimento de sensível ligação afetiva, abnegação e desprendimento.

A ideia de família era patrimonial e imperialista, confirmação disso consiste no fato de que as uniões entre indivíduos não se davam pela admiração entre eles, mas sim pelas escolhas dos patriarcas, com interesse de aumentar o poder e o patrimônio de suas famílias. Em tal padrão, muitas vezes os nubentes sequer se conheciam, mas viam-se determinados a contrair núpcias para enobrecer o nome da família e colaborar para sua fortificação econômica, ensina Augusto (2014).

A família era formada exclusivamente pelo casamento, não havia que se admitir nenhum outro meio de fundação familiar, como a união estável. Com o surgimento do divórcio, aparecem também novos entendimentos acerca dos deveres e direitos dos pais em relação aos filhos e novas constituições familiares surgem, cada vez mais diversificadas.

Em tal paradigma, a família é vista como uma instituição em que a satisfação e a liberdade de seus membros é um ideal secundário unicamente levado em conta se atendido o ideal primário, que era a fortificação econômico-patrimonial da instituição familiar (AUGUSTO, 2014).

Ainda segundo Augusto (2014), tal concepção de família é tida como inconcebível na atualidade, uma forma arcaica e, de certo modo, repudiada atualmente. No entanto, isso somente se deu pelo desenvolvimento por que passou a sociedade ao lutar pela uniformidade entre os cidadãos e pela valorização da dignidade do ser humano, conquistas estas que permanecem estabelecidas hoje em nosso mais alto regramento jurídico, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Giddens (2011) cita Marx para quem as sociedades, sem distinção, têm como infraestrutura o fator econômico. Referindo-se às bases das sociedades, reúne instituições políticas, legais e culturais, incluindo a família.

Dessa forma, é errôneo não admitir a influência das conquistas sociais na formação do conceito de família, sendo este, inclusive, mutável com o passar do tempo. Segundo Battaglia:

Como construções sociais relativamente recentes, estas complexas reformulações familiares encontram-se sem modelo preestabelecido. Sendo assim, cada família necessita lidar com seus padrões e conceitos preestabelecidos para deles fazer emergir uma maneira original de constituir um grupo familiar com funções, direitos e deveres que atendam aos que dele participam (BATTAGLIA, 2002, p 7).

Com o avanço por que passou a sociedade, o paradigma familiar se modificou, foi influenciado pela ideia da democracia, do ideal de igualdade e virtude da pessoa.

O progresso pelo qual passou o ideal de família levou os indivíduos a se unirem em decorrência da atração entre eles, um querer, um sentimento. Esse novo componente para a constituição da família é de suma relevância, principalmente para entendermos as modificações pelas quais passa a família (BATTAGLIA, 2002).

Não há mais que se falar em casamento como componente da constituição da família, afinal é o sentimento que unifica seus membros, o desejo de cada um em se unir ao outro, por isso é possível compreender que uniões estáveis podem instituir família, que há a família monoparental (mãe ou pai solteiros) e que há família na união de pessoas do mesmo sexo.

A concepção de família já progrediu, embora ainda persista um conceito antigo de família na sociedade atualmente, afinal, não se trata de uma ideologia universal, sendo a família constituída por indivíduos diferentes, cada qual com sua forma de pensar. Porém, em um contexto geral, constata-se que o ideal de família progrediu juntamente com a sociedade, evolução esta que ainda não se findou, uma vez que a concepção de família é volátil e está em incessante alteração, conforme Augusto (2014).

Diante do exposto, deve-se considerar que a concepção de família passou por constantes modificações, advindas do progresso dos costumes, da tecnologia e das ciências e, por consequência, a legislação amplia sua natureza protetiva, admitindo a verdade fática da existência de diversos e novos perfis de família sendo construídos atualmente. Saliente-se a atual valorização do indivíduo nos vínculos familiares, a relevância da afetividade e o respeito à dignidade da pessoa humana e a seus direitos fundamentais.

## 1.2 O Papel Escolar

Na história da humanidade, a sociedade apodera-se da herança cultural dos ancestrais. Tal herança sempre exerceu papel central e decisivo sem o qual a própria edificação do homem em sua especificidade seria inviabilizada. A educação, entendida como a apropriação do saber historicamente produzido, é prática social que consiste na própria atualização cultural e histórica do homem. E o homem, à medida que constrói sua história, produz conhecimentos, técnicas, valores, comportamentos e atitudes, ou seja, o que configura o saber historicamente produzido (PARO, 1997).

Paro ainda afirma que:

Para que isso não se perca, para que a humanidade não tenha que reinventar tudo a cada nova geração, fato que a condenaria a permanecer na mais primitiva situação, é preciso que o saber esteja permanentemente sendo passado para as gerações subsequentes. Essa mediação é realizada pela educação, entendida como a apropriação do saber historicamente produzido. Disso decorre a centralidade da educação enquanto condição imprescindível da própria realização histórica do homem (Paro, Vitor Henrique, 1997, p. 108).

Porque alcançamos uma etapa em nosso desenvolvimento histórico em que ampla parte do que apreendemos da herança cultural se dá mais ou menos involuntariamente — no seio da família, pela ligação com os vários agrupamentos sociais com que nos relacionamos ou pela mídia, das mais distintas formas — tem-se a impressão de que a educação ocorre naturalmente, quando na realidade ela é puro produto humano que visa subjugar, pelo menos em parte, a diferença entre o que sabemos ao nascer e tudo aquilo que a humanidade gerou de saber desde que o homem existe na face da terra (PARO, 1997).

Sendo o ambiente onde se dá (ou deveria dar-se) a educação sistematizada, a instituição escolar participa da segmentação social do trabalho, visando prover as pessoas de elementos culturais fundamentais para viverem na comunidade a que pertence. A Constituição Federal cita a imprescindibilidade de um mínimo de educação formal para o exercício da cidadania, ao designar o ensino fundamental gratuito e indispensável. De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Isso indica que a família, ao lado do governo, tem a responsabilidade da educação de seus membros, visto que todos têm direito ao desenvolvimento como indivíduos inseridos num grupo social. Ressalte-se a importância da cidadania e qualificação para o trabalho decorrentes da educação.

À escola fundamental é conferida uma dupla incumbência social: por um lado, é um intermédio substancial para a cidadania ao prover, de modo metódico e organizado, a educação que atualiza historicamente as gerações; por outro, porque não pode dar conta de todo o saber gerado historicamente, ela necessita fazer isso de modo seletivo, dando prioridade àquilo que é mais significativo para a formação dos indivíduos. Tudo isso empresta uma extrema seriedade àquilo que a escola se propõe a fazer e àquilo que ela de fato faz (KRAMER, 2000).

Piaget (*apud* Kramer, 2000, p. 29) cita que “o desenvolvimento resulta de combinações entre o que o organismo traz e as circunstâncias oferecidas pelo meio [...] e os esquemas de assimilação vão se modificando progressivamente, considerando estágios de desenvolvimento”.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o ambiente escolar, no que concerne ao ambiente físico e sua existência social, possui forte relação com a aprendizagem.

Quando se examina a prática escolar e pondera com frieza o que a escola busca fazer por meio da ação de seus professores e no atendimento às ambições e expectativas de seus usuários, o que aparece sempre como contingência essencial é o alcance do mercado de trabalho - pretendendo o emprego imediato; planejando uma profissão no futuro; buscando preparação para a universidade. Não importa que o ensino fundamental não tenha currículo com matérias específicas preparatórias para esta ou aquela profissão, ou que nem mesmo abarque assuntos relativos ao mercado de trabalho, mesmo na fundamental tarefa de alfabetizar está vigente a perspectiva do mercado de trabalho: aprende-se para escrever e falar perfeitamente, com a velada pretensão de adquirir essa capacidade de se comunicar melhor para alcançar melhores oportunidades na vida. E sempre está presente a expectativa de saber como a melhor comunicação vai influenciar a busca de um emprego satisfatório. Em relação aos usuários, parece plausível essa perspectiva, diante da falta de boas opções profissionais, que não o trabalho assalariado, para ganhar a própria vida. Mas, quanto à escola, é preciso interrogar se ela deve ater-se com tanto afincamento a essa tarefa. As práticas educativas é que,

verdadeiramente, podem determinar as ações da escola e seu comprometimento social com a transformação do sujeito (LIBÂNEO, 2002).

São muitos os desafios enfrentados pelas instituições, dificultando-lhes o cumprimento de sua função educacional, pois necessita disponibilizar tempo e espaço para adequar-se às transformações da sociedade contemporânea. No entanto, a escola busca formas de despertar o interesse dos educandos para com as atividades desenvolvidas no âmbito escolar.

A educação acontece de modos diferentes, nos mais diferentes lugares e ainda assim, todos participam dela, como afirma Moraes (1997).

A educação deverá oferecer instrumentos e condições que ajudem o aluno a aprender a aprender, a aprender a pensar, a conviver e a amar. Uma educação que ajude a formular hipóteses, construir caminhos, tomar decisões, tanto no plano individual quanto no plano coletivo (MORAES, 1997, p. 211)

A educação pode ocorrer livremente ou por imposição de um sistema centralizado de poder, que reforça a desigualdade social. Quando se fala em educação, tende-se a relacioná-la à escola, pois existe a predominante ideia de que a escola é a única responsável pela educação do indivíduo. A educação encontra-se em constante variação para se adaptar às necessidades surgidas no meio social. Por isso Moraes (1997) enfatiza a aprendizagem que o indivíduo deve ter no sentido de saber pensar, buscar, decidir, aprender, ter iniciativa e saber conviver.

Aprender a aprender, a hipotetizar e a construir caminhos é importante ao educando à medida que o ajuda a transcender o momento presente, possibilita-lhe a aplicação de saberes em situações distintas, fazendo relações com assuntos, fatos e momentos passados ou futuros, compreendendo causa e consequência e posicionando-se socialmente com criticidade.

Moraes (1997) ensina que a educação se associa a processos de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores existentes no meio culturalmente preparado e, com isso, ganham o patamar necessário para produzir outros saberes, técnicas e valores.

O professor lida com uma requilibrção permanente das sensibilidades, das emoções, da racionalidade, dos conhecimentos. Trata-se de uma cotidiana e lenta guerra.

Para Gadotti (1997, p. 162),

A mudança de qualidade nas relações que mantém a sociedade ativa é fruto de uma lenta e por vezes violenta maturação quantitativa, no interior dessas mesmas relações. É uma guerra surda, cotidiana, e, até certo ponto, inglória. É o trabalho muitas vezes anônimo, do professor, por exemplo. A educação só

pode ser transformadora nessa luta surda, no cotidiano, na lenta tarefa de transformação da ideologia, na guerrilha ideológica travada na escola.

Gadotti (1997) alerta que o trabalho do professor é uma luta transformadora, apesar de, às vezes, inglória, visto que prepara a ação educativa o homem, não lhe impondo diretrizes que o alheiem de si mesmo, mas ajudando-o a ser criador de sua história.

Moraes (1997) ressalta que se deve aprender a enfrentar novas situações, se adequar e aumentar conhecimentos, ter estratégias para solucionar problemas, viver em grupo e saber familiarizar-se e apontar propostas. Essas são características indispensáveis a todas as pessoas, em qualquer momento, dentro e fora da escola. Interessa ao professor pensar nessas aprendizagens das quais pode e deve ser mediador se quiser ser um bom profissional e exercer seu papel na sociedade, em tempos de muitas mudanças e demandas.

### **1.3 A Influência da Sociedade na Educação da Criança**

A educação colabora para o progresso da sociedade e sociedade, por sua vez, age sobre a educação. A sociedade busca na educação subsídios para sua evolução. É através dessa relação colaborativa que a sociedade e a educação se desenvolvem. Educação e sociedade estão intrinsecamente ligadas, ambas influenciando e sendo influenciadas entre si. Com o respaldo da sociedade, a educação evolui e faz a assimilação do que está ao seu redor.

A educação se constitui como fato social. Entende-se por fato social toda maneira de agir, fixa ou não, capaz de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, caracterizando-se pela exterioridade, coercibilidade e generalidade, segundo Durkheim (2007).

São os instrumentos sociais e culturais que determinam na vida de um indivíduo as maneiras de agir, pensar e sentir. Esses o obrigam a se adaptar às regras da sociedade. Os fatos sociais existem independentemente da vontade do indivíduo, como explica Durkheim e são independentes.

Durkheim (2007) esclarece que o fato social está na percepção do indivíduo. De maneira grosseira, ele é condicionado por realidades sociais que impõem os limites do comportamento a ser aceito pela sociedade.

A educação é, por suas fontes, seus objetivos e funções um fato social, estando relacionada ao contexto político, econômico, científico e cultural de uma sociedade historicamente determinada.

A educação se caracteriza pela ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social. Tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine. Portanto, estão presentes na educação as características próprias do fato social.

A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a opção é progressista, se não se está a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não se tem outro caminho senão viver a opção que se escolheu. Encarná-la, diminuindo, assim, a distância entre o que se diz e o que se faz (FREIRE, 1999, p. 18).

Diante das modificações econômicas, políticas, sociais e culturais da contemporaneidade, a escola vem sendo interrogada acerca do seu papel na sociedade, a qual demanda um novo tipo de trabalhador, mais flexível e polivalente, apto a pensar e aprender constantemente, que atenda às exigências dinâmicas que se distinguem em quantidade e qualidade. A escola deve também aprimorar-lhe conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania. Para isso ela deve estruturar o saber para o mundo do trabalho e o saber para o mundo das relações sociais.

Nessa nova realidade mundial se aprende na rua, assistindo à televisão, navegando na internet, em qualquer lugar. Ou seja, estenderam-se os espaços educativos, o que não significa o fim da escola, mas que ela deve se reorganizar de forma a atender as requisições de transformações do mundo do trabalho e suas repercussões sobre a vida social (FREIRE, 1999).

Ao considerarmos os paradoxos dos tempos em que vivemos e os valores de solidariedade e generosidade que queremos transmitir, num contexto de intenso e visível individualismo, cinismo, pragmatismo, e conformismo, são necessárias condições concretas de trabalho com qualidade e ação coletiva que viabilizem formas de enfrentar os desafios e mudar o futuro (KRAMER, 2000, p. 23).

Deste modo, pode-se deduzir que, não obstante a educação ser um processo incessante na história de todas as sociedades, ela não é a mesma para todos e em todos os ambientes; a educação está ligada ao projeto de homem e de sociedade que se quer ver construir por meio do processo educativo.

Conhecer as crianças é decisivo para a revelação da sociedade como um todo, nas suas contradições e complexidade. Mas é também a condição necessária

para a construção de políticas integradas para a infância, capazes de reforçar e garantir os direitos das crianças e a sua inserção plena na cidadania ativa (SARMENTO, 2001, p.01).

Com as atuais transformações da sociedade no que diz respeito à consolidação do capitalismo e à propagação da globalização, mudou-se o cenário escolar. As novas tecnologias têm sido as maiores causas de modificação da sociedade, a partir desse conhecimento a educação tem feito progressos. Esses progressos estão colocando a sociedade num patamar incalculável de conhecimento.

Por meio da instalação de computadores no ambiente escolar, alunos estão tendo mais contato com as novas tecnologias, entre estas a internet, a qual se tornou um recurso indispensável para alunos e professores. Os próprios professores usam esse recurso para modernizar suas aulas e fazer com que seus alunos tenham mais interesse pelos conteúdos. Segundo Marisa Vorraber Costa (2002) em sua obra “Novos olhares na pesquisa em educação”, ao encarar as metodologias, acaba-se esbarrando com a ciência, que cada vez mais influencia a prática pedagógica, fazendo com que as aulas sejam mais agradáveis e interessantes para os alunos. E isso vem gerando novas possibilidades para a sociedade, mais sabedoria, cultura, uma educação mais democrática e igualitária, em que todos os cidadãos possuem o direito de desfrutar, por exemplo, das novas tecnologias.

Portanto, a escola afeta e é afetada pela sociedade. Dessa forma, precisa estar aberta para considerações sobre as estruturas sociais, as modificações histórico-econômicas que atingem diretamente a família e, conseqüentemente, a escola em sua totalidade - nas ligações entre professores e alunos, alunos entre alunos, professores e familiares dos alunos e profissionais da escola e a sociedade.

## **2 FUNÇÕES DA FAMÍLIA E DO PROFESSOR**

Logo no começo da sua vida, o aluno já começa a ter familiaridade com a professora, marcante presença no seu dia a dia, até o fim da adolescência, e o mesmo acontece no ambiente familiar, onde a criança vai moldando e modificando seu caráter, conquistando sua autonomia e seu desenvolvimento geral. Dessa maneira, é essencial que se construa uma convivência saudável desde o início.

### **2.1 A família: objeto de estudo em artigos e teses.**

Ao prosseguir esta investigação, buscou-se em teses, dissertações e artigos de diferentes universidades que pesquisaram o tema Família e seu apoio fundamental à escola para uma educação de qualidade e como essa interação está presente ou começando a ocorrer nas escolas. Também investigou o que vem sendo produzido academicamente a respeito da infância, das práticas educativas e sobre a importância da família na educação da criança.

Um ponto comum nas pesquisas é o reconhecimento da família como parte integrante da comunidade escolar e como parceira fundamental da escola no desenvolvimento integral dos alunos.

A disposição para a vida, a constituição da pessoa, a construção do ser são deveres da família enquanto a criança se encontra em seu interior e a família deve educar o jovem para agir com liberdade, porém sem perder a responsabilidade de suas atitudes. É dever da família colaborar para uma boa construção do caráter dos seus filhos, transferindo os princípios éticos e morais, sem eximir de sua obrigação do papel de educadora.

Se na maioria dos casos a criança não aparenta possuir valores éticos e morais que são requisitados pela escola, entende-se que a família deixou de instruí-la, para o alcance de um bom comportamento é preciso que a escola seja capaz de suprir tal déficit familiar. É preciso que os princípios sejam transmitidos de pai para filho através do próprio exemplo, elemento imprescindível na aprendizagem da criança.

Dessa maneira, as ações praticadas pelos pais atingem diretamente a aprendizagem do jovem, inclusive até mesmo quando seus progenitores não identificam que isto está decorrendo.

Cláudia Andréa Menegatti Pereira (2010) aborda em seu artigo “Aprendizagem Significativa” a importância das relações vinculares para o bom desempenho escolar, começando pelo primeiro grupo social no qual a criança convive, ou seja, a família.

Posteriormente este vínculo se estende para as relações na escola e finaliza na relação família-escola, vínculo que pode favorecer um bom desempenho escolar da criança.

Cita que os vínculos afetivos são parte integrante da aprendizagem e que o ambiente escolar deve estar organizado, promovendo a transformação da criança em um membro inserido e produtivo na sociedade - é responsabilidade da família a participação ativa na vida dos filhos.

Pereira (2010) conclui que o afeto desempenha um papel essencial no funcionamento da inteligência. Sem afeto não há interesse, nem necessidade, nem motivação e, conseqüentemente, perguntas ou problemas nunca seriam colocados e não haveria inteligência. A afetividade é uma condição necessária na constituição da inteligência.

Dal'Igna (2011) desenvolveu sua tese de Doutorado em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul com o título "FAMÍLIA S/A - Um estudo sobre a parceria família-escola".

Segundo a autora, seu trabalho faz a descrição e a problematização da relação família-escola, fundamentada em Estudos Foucaultianos, Estudos de Gênero Pós-Estruturalistas, Estudos Sociológicos e Antropológicos da família.

Dal'Igna dedica um capítulo de sua tese à parceria da escola e da família, intitulado "Relação família-escola - da aliança para a parceria", assunto do interesse desta pesquisa.

A autora se posiciona criticamente em relação à parceria família-escola:

A relação família-escola torna-se uma condição necessária para o processo de escolarização das crianças. A partir do discurso pedagógico comeniano, pode-se afirmar que educação implica, pois, uma articulação entre duas instituições sociais – família e escola-, as quais devem estabelecer uma aliança e garantir a escolarização das crianças (DAL'IGNA, 2011, p. 98).

A parceria implica um compartilhamento de responsabilidades em que a família "torna-se parceira da escola, passa a compartilhar responsabilidades para gerir a educação das crianças, diminuir a evasão e a repetência, fiscalizar o uso dos recursos, auxiliar na aprendizagem dos conteúdos, entre outras" (DAL'IGNA, 2011, p. 152).

Feita a análise das narrativas colhidas, chega-se à conclusão de que a escola deve reconhecer a importância do envolvimento da família na história e no projeto escolar dos alunos e apoiar as famílias no desempenho do seu papel na educação, no progresso e no sucesso profissional dos filhos e, simultaneamente, na transformação da sociedade. Proporcionar o envolvimento das famílias nas ações dos projetos pedagógicos significa agir em

cooperação e dar vida às leis que já determinam essa postura. A escola deve ir além de reuniões protocolares e burocráticas com os pais de alunos - pode criar um novo espaço para tratar das questões escolares e familiares e, mais, articular recursos institucionais que possibilitem as reflexões, os debates, os estudos e as propostas de práticas pedagógicas efetivas.

Jacqueline Pereira (2012) em seu artigo “A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança” discorre acerca da Integração Escola-Família no processo educacional e sua influência no desenvolvimento da aprendizagem do aluno, bem como na oferta de uma educação de qualidade.

A autora constatou que a relação escola-família é essencial, considerando a família como um espaço de construção da identidade do indivíduo. É preciso que a escola promova com a família um vínculo forte, capaz de beneficiar o desenvolvimento integral da criança.

O artigo motivou-se por inquietações semelhantes às deste trabalho, buscando descrever o papel da família no processo de desenvolvimento de aprendizagem da criança e teve por objetivos específicos conhecer as formas de participação da família na escola e identificar os principais resultados trazidos pela participação dos pais na escola (PEREIRA, 2012). A autora afirma que é substancial a participação da família no ambiente escolar.

Segundo ela, “família e escola são os suportes principais com que a criança pode contar para enfrentar desafios, considerando que, integradas e atentas podem detectar dificuldades de aprendizagem que ela possa apresentar, contribuindo assim de maneira eficiente em benefício da mesma” (PEREIRA, 2012. p. 6).

Ressalta ainda que a família deve ser parceira, unida à escola e aos docentes, para construir juntos um trabalho de envolvimento e cumplicidade nos assuntos pertinentes à educação. Essa prática se faz necessária para colaborar no processo ensino-aprendizagem do aluno, uma vez que somente com a família interagindo com a instituição escolar é que, além de uma boa formação, os alunos estarão preparados para tomar atitudes, conseguindo enfrentar as dificuldades que certamente encontrarão no decorrer de sua vida (PEREIRA, 2012).

## **2.2 As funções da escola**

Mahoney (2002) afirma que a escola é local que favorece de forma diversa o desenvolvimento e a aprendizagem, afinal, é *locus* da diversidade de conhecimentos, regras e valores. E, por se tratar de um grupo social, é dinâmica, vive conflitos, problemas e diferenças. E Rego (2003) corrobora tal entendimento de Mahoney dizendo que nesse contexto escolar é

que os alunos têm seu desenvolvimento global, a partir das atividades planejadas e efetivadas na sala de aula e fora dela (Rego, 2003).

Ambiente multicultural, inclusivo, frequentado por um conjunto pessoas com suas diferentes características, onde ocorrem interações incessantes e complexas – assim é o sistema escolar, assevera Oliveira (2000). Vale lembrar que as diversas interações decorrem dos diferentes estágios de desenvolvimento dos alunos, que também ali constroem laços afetivos, preparando-se para a inserção na sociedade.

É dentro dela que o aluno aprende a entender sua realidade, interpretá-la e situá-la dentro do ambiente social em que se encontra, convive com a diversidade e desenvolve sua cidadania.

A escola surge como uma instituição essencialmente importante para a formação do indivíduo e para a sociedade em evolução (DAVIES; COLS, 1997; REGO, 2003). A escola é um microsistema social e, como tal, reflete as transformações da atualidade e convive com as exigências do mundo globalizado. E não é fácil formar alunos e preparar os pais para viverem com equilíbrio num mundo de tão intensas e rápidas transformações e superarem as dificuldades e conflitos interpessoais, tendo em vista sempre o desenvolvimento do indivíduo.

Sendo assim, cabe à escola viabilizar recursos psicológicos para a evolução intelectual, social e cultural do homem, ensinam Hedegard (2002) e Rego (2003). É na escola, por intermédio das suas atividades sistemáticas, que o aluno se apropria da experiência acumulada e das decorrentes formas de pensar, agir e interagir no mundo.

Simultaneamente, na escola a criança aprende o emprego da linguagem simbólica, apreende os conteúdos acadêmicos e compreende os mecanismos necessários ao funcionamento mental - requisitos do processo de aprendizagem. Para compreensão da relação estabelecida entre a escola e o indivíduo em desenvolvimento existem, como premissas, a atualização do conhecimento cultural e a sua organização. Lembre-se que a escola, como instituição social com objetivos e metas determinadas, tem existência dinâmica, e elabora e reelabora os conhecimentos produzidos no seio social, a fim de “promover a aprendizagem e efetivar o desenvolvimento das funções psicológicas superiores: memória seletiva, criatividade, associação de ideias, organização e sequência de conhecimentos, dentre outras” (OLIVEIRA, 2000, p. 26).

Por ter suas atividades planejadas, a tendência da escola é funcionar de maneira preditiva, ou seja, predeterminada ou profética, já que o professor se orienta por objetivos programados e as atividades pedagógicas têm estruturas mais ou menos formais estabelecidas

na interação da pessoa com seu ambiente social, segundo Oliveira (2000). Com vistas à convivência e à inserção coletiva do indivíduo em formação, a escola estabelece rotinas, com horários e regras definidos. E, no que se refere às atividades acadêmicas, a escola tem como objetivo a proficiência dos alunos em interpretar textos, fazer uso das regras necessárias à comunicação oral e à escrita e saber operar cálculos de forma autônoma.

A organização do currículo em objetivos e atividades, conforme a etapa escolar dos alunos, facilita ao professor acompanhar o processo de ensino-aprendizagem.

Cavalcanti (2011) cita a definição para currículo utilizada por Pacheco.

Um projeto, cujo processo de construção e desenvolvimento é interativo, que implica unidade, continuidade e interdependência entre o que se decide ao nível do plano normativo, ou oficial, e ao nível do plano real, ou do processo de ensino e aprendizagem (PACHECO *apud* CACALVANTI, 2011, p.173).

Para os autores Sacristán, Gimeno & Gómez e Pérez (2000, p. 13-26), a escola tem determinadas funções, quais sejam:

1. Função reprodutora (socialização do indivíduo): “garantir a reprodução social e cultural como requisito para sobrevivência mesma da sociedade”;
2. Função educativa 1 (compreensiva): “utilizar o conhecimento para compreender as origens das influências, seus mecanismos, intenções e conseqüências, e oferecer para debate público e aberto as características e efeitos para o indivíduo e a sociedade desse tipo de processo de reprodução”;
3. Função compensatória: “atenuar, em parte, os efeitos da desigualdade e preparar cada indivíduo para lutar e se defender nas melhores condições possíveis, no cenário social”;
4. Função educativa (transformadora): “provocar e facilitar a reconstrução de conhecimentos, atitudes e formas de conduta que os(as) alunos(as) assimilam direta e acriticamente nas práticas sociais de sua vida anterior e paralela à escola”.

Fonte: As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

De acordo com os níveis e modalidades de ensino, a escola se organiza desde a educação infantil até a educação de jovens e adultos, considerando as peculiaridades de cada tipo de ensino - estrutura física, organização dos conteúdos e metodologias de ensino. No processo, há que se respeitar a evolução do educando e articular os conteúdos científicos às vivências dos alunos. São bem diferentes os objetivos que orientam o trabalho desenvolvido em

cada uma das etapas escolares. O ensino médio visa à autonomia do aluno em relação aos estudos e pesquisas; o ensino fundamental tem por objetivo o domínio das operações complexas, empregando materiais concretos e experiências advindas do contexto familiar do aluno, de acordo com Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental (BRASIL, 2001).

Assim sendo, os currículos visam a favorecer a formação e interação do aluno no meio cultural, formativo e social. A função da escola contemporânea tem, por objetivo principal, valorizar e incentivar o potencial do aluno, levando em consideração as diferenças socioculturais em prol da aquisição do seu conhecimento e desenvolvimento global.

Sob este prisma, Marques (2001 apud Dessen & Polonia, 2007) aponta três objetivos que devem ser buscados pelas escolas modernas, conforme elencados no quadro abaixo:

OBJETIVO A	Estimular e fomentar o desenvolvimento em níveis físico, afetivo, moral, cognitivo, de personalidade.
OBJETIVO B	Desenvolver a consciência cidadã e a capacidade de intervenção no âmbito social.
OBJETIVO C	Promover uma aprendizagem de forma contínua, propiciando ao aluno formas diversificadas de aprender e condições de inserção no mercado de trabalho. Isto implica, necessariamente, promover atividades ligadas aos domínios afetivos, motor, social e cognitivo, de forma integrada à trajetória de vida da pessoa.

Fonte: Marques (2001) *apud* Dessen & Polonia (2007, p. 26).

A educação escolar tem um aspecto multifatorial e essa instituição dá prioridade às atividades educativas formais, identificando-se como um ambiente amplo de aprendizagem e desenvolvimento humano, incluindo todas as experiências ocorridas nesse âmbito. O processo educacional, segundo Dessen & Polonia (2007, p. 26), leva em consideração “os padrões relacionais, aspectos culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos que estão presentes nas interações e relações entre os diferentes segmentos”. Assim, os conhecimentos prévios, advindos da sua vivência em família, fazem mediação para a construção dos conhecimentos científicos.

### 2.3 O papel do professor no trabalho educativo

A prática educativa era centralizada no professor. Este transferia os conteúdos e os alunos absorviam ou decoravam sem nenhuma reflexão ou indagação. O assunto era cobrado em forma de uma avaliação. Essa forma de informação, repassada e memorizada, discorda completamente da ideia de um novo ensino à procura da produção do conhecimento. Essa prática pedagógica em grau nenhum colaborou para o aspecto cognitivo do aluno.

Não se deseja um professor que seja simples transmissor de dados, ou que aprende no meio acadêmico o que vai ser lecionado aos alunos, mas um educador que gere o conhecimento em harmonia com o aluno. Não é bastante que o professor saiba o conteúdo de sua disciplina. Ele precisa não só comunicar-se com outras matérias, como também relacionar-se com o aluno. Conhecer o aluno faz parte da função desempenhada pelo educador pelo fato de ele precisar saber o que ensinar, para quê e para quem.

Segundo Sasson e Macionk (2006), são funções do mediador:

1	1. Filtrar e selecionar estímulos/experiências.
	2. Organizar e enquadrar estímulos/experiências num quadro de referência espaço-temporal.
	3. Regular a intensidade, a frequência e a ordem em que aparecem os vários estímulos.
	4. Relacionar novos estímulos /experiências a eventos prévios e que possam ocorrer no futuro.
	5. Estabelecer relações (causa-efeito, meio-fim, identidade, similaridade, diferença, exclusividade etc.) entre os estímulos percebidos.
	6. Regular e adaptar as respostas do aprendiz ao estímulo ao qual ele está exposto.
	7. Promover a representação mental e a antecipação dos possíveis efeitos e consequências de diferentes respostas a estímulos dados.
	8. Interpretar e atribuir significado e valor.
F	9. Suscitar motivação, interesse e curiosidade para relacionar-se e responder
o	vários estímulos.

Fonte: SASSON, David; MACIONK, Márcia. Apostilas Nível 1, 2 e 3. Curso de Formação PEI – Programa de Enriquecimento Instrumental. Curitiba: CDCP, 2005.

José Carlos Libâneo, na sua obra “Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente” (1998, p.29) afirma que o professor medeia a relação ativa do aluno com a disciplina, inclusive com os assuntos próprios de sua disciplina, mas considerando o conhecimento, a vivência e o sentido que o aluno traz à sala de aula, sua capacidade cognitiva, sua aptidão e interesse, seu modo de pensar, sua maneira de trabalhar. Nesse sentido, a compreensão de mundo e o conhecimento prévio do aluno têm de ser respeitados e amplificados.

Ensinar bem não significa repassar as informações, mas conduzir o aluno a pensar, criticar. O professor carrega, então, a responsabilidade de capacitar o estudante para se transformar em um cidadão ativo dentro da sociedade, apto a indagar, argumentar e romper paradigmas. Na sociedade contemporânea, a escola perdeu o papel hegemônico na transmissão e distribuição da informação. Como já aventado anteriormente, os meios de comunicação de massa, e em especial a televisão, oferecem de modo atrativo e ao alcance da maioria dos cidadãos uma abundante bagagem de informações. As informações variadas que a criança recebe, somadas ao conhecimento de suas experiências e interações sociais com os componentes de seu meio de desenvolvimento, vão criando concepções ideológicas que ela utiliza para interpretar a realidade cotidiana e para tomar decisões no seu modo de intervir e reagir.

A criança chega à escola com abundante capital de informações. Freire ensina que

Se o bom educador compreendesse que ensinar é repassar a transmissão de conteúdos, não teríamos tantas dificuldades em sala de aula com aprendizagem. O educando deve ser o construtor da sua aprendizagem, nesse sentido o educador é apenas o auxiliador desta construção. Deve-se compreender que a aprendizagem deve promover a autonomia e é nessa autonomia é que o educando terá seu crescimento cognitivo e emocional. Saber que ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção (FREIRE, 1996, p. 47).

O aluno constrói sua aprendizagem com o auxílio do professor. Numa sociedade que está constantemente em transformação, o educador auxilia, com seu conhecimento e sua experiência, o aluno a se tornar crítico e criativo. Deve estar direcionado ao ensino dialógico, visto que os seres humanos aprendem se relacionando com os outros. É o método aprender a aprender. O educador deve motivar o aluno passivo para que se transforme num aluno sujeito da ação.

De acordo com Libâneo (2000, p.7), “Os educadores são unânimes em reconhecer o impacto das atuais transformações econômicas, políticas, sociais e culturais na educação e ensino, levando a uma reavaliação do papel da escola e dos professores”.

O papel do professor é mais do que propagar informações. Numa gestão democrática, ele deve colaborar na elaboração da proposta pedagógica da organização de ensino, como também determinar os objetivos, as metas que se quer atingir no tocante ao perfil do aluno que se deseja formar, uma vez que é ele que tem maior proximidade com o aluno e é de sua responsabilidade a estruturação de uma educação cidadã.

Na sua prática pedagógica, o docente não pode ser omissos diante de fatos históricos e das transformações sociais, e precisa ter conhecimento não apenas da sua matéria, mas deve também entender de política, ética, família, para que o projeto pedagógico seja efetivado na sua totalidade na vida do aluno.

O professor tem a tarefa de formar cidadãos e de desenvolver neles a capacidade crítica da realidade, para que possam utilizar o que aprenderam na escola em diversas situações e/ou lugares.

Para Alves (1994, p.100), “se os professores entrassem nos mundos que existem na distração dos seus alunos, eles ensinariam melhor. Tornar-se-iam companheiros de sonho e invenção”. Muitas vezes a distração dos alunos leva-os para outro mundo fora da sala de aula, mas a um mundo de criações, de sonhos, de desejo de realização de algo pelo qual anseia em sua vida. É importante o professor conhecer o mundo do aluno para dar significado à sua prática educativa. Pois a realização da prática educativa ocorre quando existe a relação de compreensão professor-aluno, aluno-professor. Essa compreensão está no sentido de ambos caminharem juntos na produção do conhecimento.

O professor precisa também sentir-se motivado a caminhar frente às exigências da sociedade. Precisa de apoio nas decisões do que é melhor para o aluno e de ser escutado, porque é com ele que o aluno passa o tempo em que está na escola, entre ele e o aluno se estabelece a relação pedagógica.

### **3 A PARCERIA DA ESCOLA E FAMÍLIA**

A escola e a família devem trabalhar as relações afetivas, cognitivas e sociais da criança.

Desde o seu nascimento, no seu ambiente familiar - seja qual for o modelo de família -, é necessário que seja promovido o acolhimento da criança e é nesse ambiente que ela começa a leitura do mundo e a relação com o outro, na família ela constrói relações de convívio. Já a escola tem a função de socializar as relações.

Nesse contexto familiar e escolar, observa-se a importância de regras, direitos e deveres a serem seguidos pelas partes envolvidas nessa parceria que é de extrema importância para o desenvolvimento da criança.

#### **3.1 A participação da família na educação escolar**

O conceito de família se transformou muito nos últimos tempos, não há mais um modelo de família, e sim uma diversidade do padrão familiar, com personalidade própria em crescimento constante, conforme aventado anteriormente. Mas, independentemente dessas alterações, a família continua sendo o primeiro local de conhecimento das crianças, é através dela que ocorrem os primeiros contatos sociais e as primeiras experiências educativas. De acordo com Braghirolli (2002, p. 57), ações educacionais são aprendidas desde muito cedo; na infância, sob a atuação da família, elas vão sendo geradas.

A presença dos pais na rotina do aluno é fator decisivo para o comportamento desse filho na escola, reconhecendo que a família é uma entidade importante no processo ensino-aprendizagem. Bhering e Siraj-Blatchford (1999, p. 200), na sua obra “A relação escola-pais: um modelo de trocas e colaboração”, salientam que “a atuação de pais na escola não só contribui com o processo escolar, como também com o desenvolvimento do ambiente familiar, causando um melhor entendimento do processo de evolução e aperfeiçoamento”.

A família exerce o principal papel na modificação da atuação dos filhos no meio social. É nela que a criança conquista conhecimentos para se adequar a diferentes meios, com independência das regras impostas, com autonomia, pois a família é responsável por ensinar os indivíduos para viver em comunidade.

Guzzo e Tizzei citam em sua obra intitulada “Olhar sobre a Criança” (2007, p. 42) que:

A família representa um ambiente extremamente importante para o desenvolvimento da criança, porque é o primeiro sistema em que o ser humano se insere na sociedade, por meio do qual começa a estabelecer seu vínculo com o mundo.

Dessa forma, é em âmbito familiar que a criança aprende a resolver os conflitos, controlando suas emoções, expressando os diversos sentimentos que fazem parte das relações interpessoais. Além disso, a família está diretamente ligada às ações comportamentais da criança.

Em grande parte dos casos, a influência e intervenção que os pais exercem sobre seus filhos é involuntária, pois não têm entendimento de que seus comportamentos, seu modo de ser e de falar, de tratar as pessoas, de ver o mundo, têm enorme poder sobre o crescimento do seu filho.

Essa influência que a vida familiar exerce sobre as crianças não se restringe a impor-lhe modelos de comportamento, mas também em relação ao crescimento moral da criança.

O estilo familiar, os modelos de punição, o sistema de crenças, os valores, a forma como estão organizadas as relações e o tratamento dispensado às crianças são fundamentais exemplos que tem repercussões importantes no desenvolvimento das suas capacidades sociais. Famílias agressivas e restritivas formam crianças que tendem a apresentar um comportamento de isolamento social, de dependência e habilidade reduzida para resolver problemas.

As famílias superprotetoras tendem a formar crianças tímidas, dependentes, com baixa autoconfiança, baixa autoestima e inibidas. Já as famílias que ajudam seus filhos em suas atividades, que os entendem e os encorajam a crescerem e se tornarem crianças mais fortes e confiantes para superarem suas dificuldades.

Os sentimentos que os pais dedicam à criança durante os anos que antecedem à escola são de extrema importância para o desenvolver de sua futura aprendizagem escolar. A dificuldade que os pais têm de demonstrar afeto e carinho a seus filhos pode inibi-los, se retraindo no contato com outras pessoas, além de seu desenvolvimento sentimental e emocional ser comprometido, promovendo implicações negativas em sua vida. O carinho desempenha um papel fundamental no funcionamento da inteligência, visto que sem afeto não haveria interesse, nem necessidade e nem motivação. Dessa forma, nem perguntas e problemas seriam externados. Segundo Sabini, em *Psicologia do desenvolvimento* (1998, p. 65).

Os pais têm um papel importante no processo de desenvolvimento da autonomia. Se eles encorajarem as iniciativas da criança, elogiarem o sucesso em tarefas que não excedam as capacidades da criança forem coerentes em

suas exigências e aceitarem os fracassos, estarão contribuindo para o aparecimento do sentimento de autoconfiança e autoestima (SABINI, 1998, p.65).

Não há como ignorar que as famílias que se encontraram desestruturadas podem interferir negativamente no processo de ensino-aprendizagem, enquanto que as crianças que vivem em famílias que tem uma interação saudável, com uma união estável, coesa e com capacidade de diálogo tendem a ter mais segurança e bom desempenho escolar. Já os membros de uma família desestruturada, geralmente se mostram defensivos, distantes, agressivos e tendem a apresentar, na maioria das vezes, dificuldades em sua vida escolar e social. Nesse sentido, a escola deve mudar o olhar referente a esses alunos provenientes de famílias desestruturadas, não apenas colocando-lhes rótulos, mas sim, promovendo encontros nos quais sejam traçados novos caminhos em busca de soluções (SZYMANSKI, 2010).

A ausência da participação familiar no ensino-aprendizagem dos alunos pode ocasionar seu baixo desempenho e até mesmo a repetência escolar. Muitos pais veem o horário de aula e a escola como tempo e local de depósito de crianças; vão, matriculam seus filhos e só aparecem na escola quando eles estão com problemas, baixo desempenho ou quando a coordenação manda chamá-los. Sem a família não há como encaminhar uma educação de qualidade.

Os tempos mudaram. As relações entre família e escola ainda atravessam mudanças. Dessa forma, a autora cita que:

Durante cerca de dois séculos, a família e a escola viveram uma verdadeira lua-de-mel. O que a escola pensava era o que os pais pensavam. O que a escola determinava ou afirmava, fosse em termos de tarefas, atribuições e até mesmo de sanções, era endossado e confirmado pela família (ZAGURY, 2002, p.11).

Assim que os pais procuram a escola para conhecer o projeto político-pedagógico e o trabalho da direção, da coordenação e do corpo docente, passam também a conhecer o contexto em que seus filhos estão inseridos, e isso é fundamental para ajudá-los nas lições de casa, pois a partir desse momento sentem-se mais aptos e seguros para exporem suas opiniões.

A integração do ambiente escolar e familiar não é uma tarefa fácil e não deve ser encarada de forma amadora ou “idealística”. Necessita que dados empíricos sejam gerados, permitindo a identificação de fatores que facilitam ou dificultam esta interação. Essa perspectiva é compartilhada por vários pesquisadores (Baker, Kessler-Skar, Piotrowski &

Parker, 1999), que enfatizam a necessidade de uma base empírica para influenciar e estruturar as políticas educacionais voltadas à relação família e escola.

Acredita-se que a participação dos pais na escola amplie as possibilidades para uma relação mais próxima com o desenvolvimento do aluno. Apesar de tantas dificuldades, é preciso que os pais e a escola busquem, da melhor maneira possível, desenvolver uma parceria e estimular o desenvolvimento dos alunos.

Não há dúvidas de que psicólogos, educadores e demais profissionais que atuam no âmbito escolar reconhecem a importância das relações que se estabelecem entre a família e a escola, e os benefícios potenciais de uma boa integração entre os dois contextos para o desenvolvimento social, emocional e cognitivo do estudante. Para que isto ocorra, é preciso adaptar diferentes estratégias para implementar a relação família-vida escolar, considerando o contexto cultural, isto é, as crenças, os valores e as peculiaridades dos dois ambientes sociais.

Compreende-se, diante desse contexto, que a família é parte fundamental no processo ensino-aprendizagem, podendo interferir de maneira direta nas relações das crianças com o ambiente escolar e com o mundo que as cercam.

### **3.2 Direitos e Deveres da Família**

O ECA – Estatuto da Criança e Adolescente, no seu artigo 25, com redação incluída pela Lei nº 12.010, de 2009, conceitua família natural como sendo “a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes” e acrescenta que família extensa ou ampliada é “aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade” (ECA, 1990).

Portanto, a família formada por pais e filhos é aquela conhecida por família natural e se apresenta também como aquela constituída por qualquer um deles e sua prole (art. 25 do ECA). Independe, assim, de como começou a família, interessando, sim, os relacionamentos afetivos formados durante a convivência familiar. De acordo com Melo (2014) a família nasce por ligação de sangue ou pelos laços afetivos entre as pessoas, no caso de adoção. Para melhor entender o dever da família nesse contexto, recorre-se ao conceito de família, exposto por Melo (2014, p.4):

Família é o grupo formado pelas pessoas descendentes de um mesmo tronco ancestral comum, isto é, aquelas juntas por ligação de sangue (pais, filhos, irmãos, avós, tios, primos etc.), bem como as que se reúnem ao núcleo familiar por vínculo de empatia (parentes do cônjuge ou esposo) e por vínculo jurídico (casamento, união estável e adoção) além daquelas que se ligam ao núcleo central por carinho (adoção à brasileira).

Conforme dispõe o *caput* do artigo 226 da Constituição Federal, a família é a base da comunidade e deve ser protegida pelo Estado. A família origina todas as estruturas que constituem uma sociedade nas condições morais e religiosas, promovendo uma perfeita combinação entre a família e a sociedade.

A Constituição Federal (1988), no seu artigo 227, dispõe, como dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração e opressão (BRASIL, 1988).

Antigamente, considerava-se família tão somente aquela formada pelo matrimônio e os filhos eram separados em legítimos e ilegítimos, conforme registro inicial neste trabalho. Os filhos legítimos eram os provenientes de um casamento formal; os filhos ilegítimos, nascidos fora de um verdadeiro matrimônio. Ressalte-se que, segundo a Carta Magna (BRASIL, 1988), já não existe distinção entre filhos legítimos e filhos ilegítimos e filhos adotivos. Todos são filhos da mesma forma, não importa se concebidos dentro ou fora do casamento ou se adotados, gozando dos mesmos direitos - todos são filhos genuínos.

A Constituição Federal de 1988 mudou a concepção acerca da formação de família, preservando o princípio da dignidade da pessoa humana, pois todos os integrantes da mesma família precisam ser respeitados da mesma forma, sem distinção a respeito de sua origem – se descende ou não do mesmo pai ou mãe, ou se adotivos. Os pais, de igual forma, têm o dever de promover a conservação da família; os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

É, pois, dever da família, da sociedade e do Estado, conforme art. 227 da Constituição Federal (1988),

Assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma

de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010) (CF, 1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente impõe-se no ordenamento jurídico como instrumento que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal, pautando-se na doutrina da proteção integral aos menores e contempla o princípio da prioridade absoluta. Ele assegura à toda criança e adolescente o direito de ser criado e educado no seio familiar e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes (BRASIL, 1990).

Toda família, independente de seu formato ou gênero, merece receber abrigo do Estado, determina o artigo 226, parágrafos 3º e 4º, da Constituição Federal, pois é de livre iniciativa a constituição familiar, estendendo direitos e deveres também à união estável.

Dentre as tarefas da família para efetivar os direitos da criança e do adolescente, estão o registro do filho e seu direito ao estado de filiação, o dever paterno de guarda e o direito fundamental do filho de ser cuidado, o dever de criar e ensinar o filho e seu direito ao ensino e à profissionalização, o dever de sustento e a assistência material e imaterial e o direito do filho ao afeto paterno. O direito ao registro é direito essencial da criança e dever dos pais em garantia da sua personalidade, constando o nome dos pais na certidão, medida que favorece a identificação do menor inserido na sociedade. O registro de nascimento é o reconhecimento de sua personalidade, reconhecendo-o pessoa de direitos e deveres, sujeito no relacionamento com sua família e sociedade em geral, sujeito conectado à sua respectiva existência.

O art. 22 do ECA dispõe que “aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais” (BRASIL, 1990).

O dever de guarda dos filhos, outorgado aos pais e encarregados pelo menor, é exercido de maneira natural, em concordância com o artigo 22 do ECA. A guarda é mais do que um dever dos pais, é direito do menor de idade ser guardado enquanto morar com seus pais. É também direito dos pais terem seus filhos em sua companhia, como atributo natural do poder familiar. Se, eventualmente, esse direito não estiver sendo efetivado pela família, esta será responsabilizada por danos acarretados ao menor e estará sujeita ao risco de perder a guarda e o poder familiar.

Em relação aos cuidados com os filhos, encontra-se a obrigação de matrícula na escola, mas também a de transmissão de noções sobre os valores éticos e morais, preparando-os para o exercício da cidadania, segundo disposição do artigo 53, *caput*, do ECA e art. 205, da CF.

O dever legal de guarda tem, pois, os progenitores como certificadores desse direito/dever e eles o devem efetivar com responsabilidade em relação aos filhos menores de idade que ainda se encontram sob seus cuidados e vigilância, não podendo ser transferida tal obrigação a qualquer pessoa que não tenha o dever de zelar pelo menor.

Todo menor tem o direito substancial de ser cuidado. Os progenitores ou responsáveis pela guarda devem zelar pela criança e pelo adolescente, provendo-lhes todas as necessidades, de forma que nada lhes falte. Cabe aos responsáveis pela guarda o dever de alimentar e de vestir seu pupilo e, além disso, tornar efetiva a detenção dos direitos que lhes são devidos.

“Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”. O dispositivo constitucional estabelece o dever de criar e educar os filhos em desenvolvimento, enquanto que aos filhos maiores cabe a obrigação de provedores dos pais nas suas necessidades.

Quanto à disciplina do menor, esta é parte da sua educação. Crianças e jovens disciplinados são mais preparados para agir fora de casa; se bem instruídos por suas famílias, dificilmente cometerão infrações, considerando ser a educação o meio eficaz de formação de indivíduos com caráter e dignidade.

Manter as crianças na escola é colaborar com seu desenvolvimento integral, para sua formação cidadã, de caráter e com qualidade para viverem bem em sociedade.

O artigo 205 da Constituição Federal preconiza: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal assegura, o direito do menor à educação e responsabiliza o Estado e a Família pelo seu cumprimento.

Dentre os cuidados devidos aos menores, como há pouco visto, incluem-se a assistência material e a afeição, direitos do menor contidos no artigo 229 da Carta Magna. Os pais têm o dever de proporcionar aos pupilos meios de sobrevivência, carinho, amor e cuidados especiais, levando em consideração serem indivíduos em desenvolvimento e necessitarem de atenção para seu desenvolvimento saudável.

Para o satisfatório desenvolvimento dos menores, é importante que os progenitores se façam presentes, tornem-se parte da vida das crianças no âmbito familiar. Ser presente é frequentar a escola, participar das reuniões escolares, festinhas de aniversário e auxiliar o menor em suas atividades – são gestos simples, porém, substanciais na fase desenvolvimento da criança e do adolescente.

O artigo 3º, I, da Constituição Federal estabelece o princípio da solidariedade, ao arrolar, como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, “a construção de uma sociedade livre, justa e solidária”. Com o fito de incentivar a participação dos pais e da família em todos os âmbitos da vida da criança e do adolescente em desenvolvimento, Lobo (2008, p. 477 *apud* Amin, 2008, p. 181) orienta que “a solidariedade em relação aos filhos responde à exigência de a pessoa ser cuidada até atingir a idade adulta, ou seja, de ser mantida, instruída e educada para sua plena formação social”. O descumprimento do dever de assistência material ou imaterial pelos pais enseja penalidades determinadas pela Vara da Infância e da Juventude. Inexistindo a afeição dos pais pelos filhos ou abandono dos filhos pelos progenitores sem motivo justificado, pode-se configurar até dano moral.

Existem vários posicionamentos em relação à responsabilidade civil por conta do abandono afetivo. Há quem defenda como apropriada a indenização por dano moral em decorrência do abandono moral, psicológico e intelectual do progenitor em relação ao filho, em razão de traumas causados pela ausência dos pais na formação de seus filhos. É insuficiente o elo biológico para o sustento da família, há que se considerar a proteção da dignidade humana e, assim, cumprir a ligação de afeto com auxílio, moral e material, recíproco entre seus membros.

O artigo 22 do ECA determina aos pais a incumbência do sustento, guarda e educação dos filhos menores, além de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais em relação aos filhos, enquanto que o artigo 24 esclarece que a perda e a suspensão do poder familiar são “decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que alude o art. 22”.

A legislação pertinente enaltece a família, reconhecendo-a como alicerce à edificação da vida com dignidade, sob a égide da solidariedade. Enfatiza a convivência como fator favorável ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em processo de desenvolvimento, da infância à fase adulta.

### **3.3 Ambiente escolar e família - parceria necessária para a transformação**

Além da família, a criança tem a chance, e o direito, de viver experiências e expandir seu repertório como sujeito de aprendizagem e desenvolvimento em diferentes contextos sociais. A escola possui sua parcela de contribuição no desenvolvimento do indivíduo, especialmente no que se refere à aquisição do saber culturalmente organizado em distintas áreas de conhecimento.

MARCHESI (2004, p. 330) diz que:

[...] a educação não é uma tarefa que a escola possa realizar sozinha sem a cooperação de outras instituições e, a nosso ver, a família é a instituição que mais perto se encontra da escola. Sendo assim se levarmos em consideração que Família e Escola buscam atingir os mesmos objetivos, devem elas comungar os mesmos ideais para que possam vir a superar dificuldades e conflitos que diariamente angustiam os profissionais da escola e também os próprios alunos e suas famílias. A escola nunca educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez escolhida a escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos.

Szymanski (2001) enfatiza a ação educativa da escola e da família, expõe nuances distintas relacionadas aos objetivos, conteúdos, métodos e questões interligadas à afetividade, bem como quanto às interações e circunstâncias diversas.

A escola oferece às crianças atividades ligadas às tarefas formais quando desenvolve a pesquisa e promove a leitura dirigida, por exemplo; as atividades informais de aprendizagem ocorrem durante o intervalo de recreio, quando das excursões e atividades de lazer.

Todavia, neste ambiente, o suporte às necessidades cognitivas, psicológicas, sociais e culturais é efetuado de forma mais estruturada e pedagógica do que no ambiente de casa. As condutas educativas escolares possuem também um cunho eminentemente social, visto que permitem a ampliação e incorporação dos estudantes como cidadãos e protagonistas da história e da sociedade. A educação em seu sentido amplo converte-se em um instrumento muito importante para encarar os desafios atuais. Apesar da complexidade e das dificuldades que a escola enfrenta, não se pode deixar de identificar que os seus recursos são indispensáveis para a formação global do indivíduo.

Segundo Miguel Arroyo:

Os aprendizes se ajudam uns aos outros a aprender, trocando saberes, vivências, significados, culturas. Trocando questionamentos seus, de seu tempo cultural, trocando incertezas, perguntas, mais do que respostas, talvez, mas trocando (ARROYO, 2000, p. 166.).

Entendendo a escola e suas funções, devem-se acionar fontes promotoras de saúde no convívio escolar, tais como as redes sociais no vínculo com a comunidade escolar, os profissionais da escola - psicólogos pedagogos e orientadores educacionais, gabaritados para realizar intervenções coletivas preconizam Rocha, Marcelo & Pereira, 2002; Soares, Ávila & Salvetti, 2000.

A escola desempenha funções importantes, trabalhando aspectos essenciais à socialização das pessoas e se encarrega da construção, elaboração e difusão do conhecimento. Apesar de sua importância, ela enfrenta dificuldades no seu cotidiano, como hostilidades, insucesso escolar, exclusão, evasão e carência de suporte da comunidade e da família.

Assim sendo, para superar os empecilhos enfrentados atualmente, um dos caminhos é consolidar a parceria entre escola e família (POLONIA; DESSEN, 2007). Segundo as autoras, o assunto é complexo e tem despertado o interesse de estudiosos da área. A família e a escola são os principais locais de desenvolvimento humano nas sociedades ocidentais da atualidade.

Se toda pessoa tem direito à educação, é evidente que os pais também possuem o direito de serem, senão educados, ao menos, informados no tocante à melhor educação a ser proporcionada a seus filhos (PIAGET, 2007, p. 50).

Verifica-se a necessidade de que sejam implementadas políticas que garantam a proximidade entre os dois contextos, de forma a reconhecer suas igualdades e diferenças, principalmente no que se refere aos processos de desenvolvimento e aprendizagem, não só em relação ao aluno, mas também a todos os indivíduos envolvidos, inclusive considerando-se as mudanças ocorridas ao longo dos anos no “padrão” familiar.

Desta maneira, percebe-se que, tendo em vista todas as modificações sucedidas na família com o passar dos anos em função de vários fatores, entre eles a emancipação feminina, as funções da escola foram estendidas para dar conta das novas demandas da família e da sociedade contemporânea. Não há como negar essa ocorrência, seria agir em desavença com a realidade, pois as modificações na família, além de afetar a sociedade em sua totalidade, afeta também a educação dos filhos refletindo indubitavelmente nas atividades desenvolvidas pela escola.

Como bem diz Piaget:

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...] (2007, p.50)

A parceria entre escola e família se faz extremamente necessária, há que se promover a aproximação entre a escola e a família, buscando uma parceria que enseje uma atmosfera favorável ao desenvolvimento e aprendizagem das crianças em ambos os ambientes socializadores e educacionais.

## CONSIDERAÇÕES

Este trabalho é resultado parcial de uma pesquisa bibliográfica em relação à importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem escolar da criança. A motivação para sua realização surgiu quando do contato das autoras com instituições educacionais, oportunidade em que perceberam a ausência ou negligência da família em relação à escola e às atividades educacionais de seus filhos. E concluem a revisão, realizadas com o desenvolvimento do trabalho, e certas de terem alcançado os objetivos inicialmente propostos.

A questão enfocada neste texto é uma atividade crítica e constante com a possibilidade de revisão e elaboração de uma prática educativa pautada na construção do conhecimento e na formação integral do aluno.

Realmente, constata-se que a escola desempenha um papel fundamental na educação e, atualmente, não ensina apenas para a cidadania e para o trabalho, tem também a responsabilidade de despertar nos alunos os valores fundamentais para a vida do indivíduo. É certo que essa iniciativa deveria ser da família, porém, ela geralmente não está envolvida e comprometida com a aprendizagem e formação de seus filhos. O apoio da família às atividades escolares e trabalhos desenvolvidos pelos alunos é essencial para o sucesso da construção do saber de forma equilibrada e harmoniosa.

E a escola jamais educará sozinha, a responsabilidade educacional da família nunca será extinta. No ato da matrícula, inicia-se a relação com a família com a escola. É indispensável que essa relação seja permeada pelo diálogo entre escola, pais e filhos.

A relação escola-família exige compromisso, cria uma rede de relações, reproduz laços morais apresentando novos significados e abrindo caminhos para uma boa formação de prática pedagógica. Dessa forma, compreende-se que o diálogo entre a escola e a família seja capaz de favorecer o debate de ideias e a elaboração de metas em relação ao desenvolvimento do aluno. Vale ressaltar que não cabe à escola julgar como certa ou errada a educação que cada família oferece, mas trabalhar como equipe, com respeito às diferenças existentes entre os grupos sociais. É responsabilidade legal da escola agir com transparência, dando conhecimento do seu projeto pedagógico à família e incentivando-a à participação, nos moldes da lei.

É interessante que o aluno perceba a boa relação e a cooperação existentes entre a família e a escola. Havendo respeito entre elas, o aluno se sentirá valorizado, estimulado a desenvolver suas potencialidades e com tendência a valorizar essa parceria.

Esta pesquisa é um alerta aos educadores que desejam o sucesso escolar de seus alunos e acreditam na sua capacidade de desenvolvimento integral: é preciso que a escola cumpra os preceitos legais de aproximação com a família, tendo-a como parte da comunidade escolar e, mais ainda, busque estabelecer um clima de cordialidade e cooperação mútuas.

## REFERÊNCIAS

ACKERMAM, H. **Diagnóstico e tratamento das Relações Familiares**. Porto Alegre. Artes Médica, 1980.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: imagem e auto-imagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2000.

AUGUSTO, Luis Fernando. **A evolução da ideia e do conceito de família**. Tavares & Augusto Advogados, 2014. Disponível em:  
<<https://advocaciapa.jusbrasil.com.br/artigos/176611879/a-evolucao-da-ideia-e-do-conceito-de-familia>>. Acesso em: 10 out. 2017.

BHERING, E.; SIRAJ-BLATCHFORD, I. **A relação escola-pais: um modelo de trocas e colaboração**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-741999000100010&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-741999000100010&script=sci_abstract&tlng=pt)>  
Acesso em: 14 out. 2017.

BRAGHIROLI, Eliane Maria. **Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Ministério das Comunicações, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96**. Brasília. MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente 8069/90**. Brasília: MEC, 2004.

COELHO, M.T. **Problemas de Aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1989.

CONSTANTE, Armando de M.S. **Sociologia – As origens do pensamento sociológico**. 2012.

CORALINA, Cora. **Vintém de cobre: meias confissões de Aninha**, 9. São Paulo: UFG Editora, 1983.

CÓRIA-SABINI, Maria Aparecida. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: Ática, 1998.

DAL'IGNA, M. C. **Família S/A - Um estudo sobre a parceria família-escola**. 2011. 182f. Tese. (Doutorado). Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRS, 2011.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. **Família e Escola Paidéia**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2007.

DURKHEIM, Émile. **Fato Social e Divisão de Trabalho**. Apresentação e comentários Ricardo Musse; Tradução Cilaine Alves Cunha e Laura Natal Rodrigues. 1ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GENOFRE, R. M. **Família: uma leitura jurídica**: a família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997.

GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social**. 2ªed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

KRAMER, Sônia. **Com a pré-escola nas mãos**. São Paulo: Ática, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2002.

MARCHESI, ÁLVARO; Gil H. Carlos. **Fracasso Escolar** - uma perspectiva multicultural. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 1993. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>> Acesso em: 2 set. 2017.

MORAES, Maria Cândida. **Paradigma Educacional Emergente**.5ª ed. Campinas: Papyrus, 1997.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Família hoje**. 1ª edição. Porto Alegre: Artes Médicas,1996.

PEREIRA, C. A. M. **Aprendizagem Significativa**: a importância das relações vinculares para o bom desempenho escolar. 2010. 26f. Dissertação (Graduação). Instituto Superior de Educação da Faculdade Alfredo Nasser, Aparecida de Goiânia, Goiás. Disponível em: <<http://www.unifan.edu.br/files/pesquisa/APRENDIZAGEM%20SIGNIFICATIVA%20a%20import%C3%A2ncia%20das%20rela%C3%A7%C3%B5es%20vinculares%20para%20o%20bom%20desempenho%20escolar%20C1%C3%A1udia%20Andr%C3%A9%20Menegatti%20Pereira.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2017

RIGONATTI, S.P. et tal. **Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica**. São Paulo: Vetor Editora Psico-Pedagógica, 2003.

ROCHA, C.S MACEDO, C.R. **Relação Família & Escola**. Belem: Unama, 2002. Disponível em: <[www.nead.unama.br/site/bibdigital/.../escola\\_e\\_familia.pdf](http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/.../escola_e_familia.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2017.

SACRISTÁN, J. GIMENO & GOMÉZ, A. I. PEREZ. **As funções sociais da escola**: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SILVEIRA BUENO, Francisco. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 3ª ed. São Paulo: Editora Lisa S.A, 1989. p. 288.

SASSON, David; MACIONK, Márcia. **Anotações**. Curso Mediação e Aprendizagem. Curitiba: CDCP, 2006.

SOUSA, J. P. **A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança**. 2012. 20f. Artigo (Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional) -

Universidade Estadual Vale do Acaraú, Fortaleza. Disponível em:  
<[https://www.apeoc.org.br/extra/artigos\\_cientificos/A\\_IMPORTANCIA\\_DA\\_FAMILIA\\_NO\\_PROCESSO\\_DE\\_DESENVOLVIMENTO\\_DA\\_APRENDIZAGEM\\_DA\\_CRIANCA.pdf](https://www.apeoc.org.br/extra/artigos_cientificos/A_IMPORTANCIA_DA_FAMILIA_NO_PROCESSO_DE_DESENVOLVIMENTO_DA_APRENDIZAGEM_DA_CRIANCA.pdf)>  
Acesso em: 20 nov. 2017

SYMANSKY, Heloisa. **A relação família/escola:** desafios e perspectivas. Brasília: Plano, 2001.

ZAGURY, T. **Escola Sem Conflito:** Parceria com os pais. Editora Record: Rio de Janeiro,